



PARTIDO DOS TRABALHADORES

COLEÇÃO
ORGANIZAÇÃO PARTIDÁRIA

DIAGNÓSTICO
DA SITUAÇÃO ATUAL DO
PARTIDO DOS TRABALHADORES

André Oliveira



F U N D A Ç Ã O

Perseu Abramo

Partido dos Trabalhadores



PARTIDO DOS TRABALHADORES

COLEÇÃO
ORGANIZAÇÃO PARTIDÁRIA

DIAGNÓSTICO
DA SITUAÇÃO ATUAL DO
PARTIDO DOS TRABALHADORES

André Oliveira



F U N D A Ç Ã O

Perseu Abramo

Partido dos Trabalhadores

Fundação Perseu Abramo

Instituída pelo Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores em maio de 1996

Diretoria

Presidente (interino): Brenno César Gomes de Almeida

Vice-presidente: Brenno César Gomes de Almeida

Diretoras: Elen Coutinho, Mônica Valente e Naiara Raiol

Diretores: Alberto Cantalice, Alexandre Macedo de Oliveira,
Carlos Henrique Árabe, Jorge Bittar e Valter Pomar

Conselho editorial

Albino Rubim, Alice Ruiz, André Singer, Clarisse Paradis,
Conceição Evaristo, Dainis Karepovs, Emir Sader, Hamilton Pereira,
Laís Abramo, Lincoln Secco, Luiz Dulci, Macaé Evaristo, Marcio Meira,
Maria Rita Kehl, Marisa Midori, Rita Sipahi, Tássia Rabelo e Valter Silvério

Coordenador editorial: Rogério Chaves

Assistente editorial: Raquel Costa

Organizador da coleção: Valter Pomar

Autor: André Oliveira

Revisão: Rita Camacho

Projeto Gráfico e diagramação: Capto RH

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Oliveira, André
O45d Diagnóstico da situação atual do Partido dos Trabalhadores [livro eletrônico] / André Oliveira – São Paulo : Fundação Perseu Abramo, 2026.

44 p. (Coleção Organização Partidária 'v. 2)
ISBN: 978-65-5626-178-2

1. Partido dos Trabalhadores 2. Financiamento partidário 3. Filiação partidária – Estatísticas I. Título



F U N D A Ç Ã O
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

Fundação Perseu Abramo
Rua Francisco Cruz, 234 – Vila Mariana
04117-091 São Paulo – SP
www.fpabramo.org.br

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO ATUAL DO PARTIDO DOS TRABALHADORES	9
O PERÍODO DE DESCENTRALIZAÇÃO (ATÉ 2001)	12
O RECADASTRAMENTO E A CENTRALIZAÇÃO (2001-2003)	13
A DESCENTRALIZAÇÃO (A PARTIR DE 2008)	13
A COEXISTÊNCIA DE DOIS CADASTROS COM FUNÇÕES DISTINTAS	14
ASPECTOS REGIONAIS DA FILIAÇÃO PARTIDÁRIA	16
Sudeste	18
Nordeste	18
Sul	19
Norte e Centro-Oeste	19
FILIAÇÃO EM RELAÇÃO AO PORTE DOS MUNICÍPIOS	19
AUSÊNCIA DE FILIAÇÃO	20
FILIAÇÃO POR GÊNERO	22
FILIAÇÃO POR ETNIA	23
FILIAÇÃO POR FAIXA ETÁRIA	24
FILIAÇÃO E DADOS PARA CONTATO	26
FILIAÇÃO E DESEMPENHO DAS CHAPAS PROPORCIONAIS PARA A CÂMARA FEDERAL	28
FILIAÇÃO E PARTICIPAÇÃO NOS PROCESSOS DE ELEIÇÃO DIRETA (PED)	30
ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL	33
NUCLEAÇÃO E COMITÊS POPULARES DE LUTA	35
FINANCIAMENTO PARTIDÁRIO	37

APRESENTAÇÃO

Uma das frases mais frequentes nos manuais de autoajuda é atribuída a Sun Tzu: “Se você conhece o inimigo e conhece a si mesmo, não precisa temer o resultado de cem batalhas. Se você se conhece, mas não conhece o inimigo, para cada vitória ganha, sofrerá também uma derrota. Se você não conhece nem o inimigo nem a si mesmo, perderá todas as batalhas.”

Este é o espírito que norteou a elaboração deste livreto, um dos insumos que elaboramos para contribuir no debate do 8o Congresso sobre estatuto e organização. Nele, apresentamos um conjunto de informações estatísticas sobre nosso Partido, acompanhados de explicações e comentários, de autoria do André Oliveira, funcionário da Secretaria Nacional de Organização.

Como creio que ficará evidente, uma das deliberações do 8o Congresso precisa ser a realização de um Censo partidário que nos permita um conhecimento detalhado acerca dos milhões de filiados e filiadas, inclusive sobre pontos que não são abordados – ou que são abordados de forma insuficiente – neste livreto. Por exemplo, o tema da comunicação: como se informam os petistas e que influência tem a mídia do próprio Partido.

Um Censo nos ajudaria, inclusive, a planejar o crescimento do Partido. Embora já sejamos um grande partido, com 2 milhões e 900 mil filiados (dados de dezembro de 2025), temos um número de filiados e de militantes inferior ao necessário para um Partido que precisa ter uma presença capilarizada em todo o território nacional. Ademais, a distribuição dos petistas pelo território

nacional não é uniforme, sem falar no reduzido percentual de jovens. Alterar esta situação exige uma campanha sistemática de filiação, planejada pelo próprio Partido e orientada política e cientificamente, o que por sua vez depende de mais e melhores dados.

Outra conclusão que se impõe a partir da leitura deste livreto, e relacionada à proposta do Censo, é a necessidade de dar um salto de qualidade em nosso “banco de dados”. Para além das discrepâncias entre os dados do PT e os dados do TSE, assim como entre os dados do Diretório Nacional e os dados de cada direção municipal, destaca-se o fato de que o Partido não possui dados básicos acerca de uma parte de seus integrantes. Para citar o texto do André de Oliveira: “Temos o celular de 81% da base de filiados, mas o e-mail de apenas 36%. Temos os endereços de 59% dos filiados, mas apenas 16% dos que se filiaram em 2025”. Isso, como é óbvio, além de indicar outro tipo de problemas, prejudica o contato regular entre as direções partidárias e o conjunto da militância.

Uma terceira conclusão que se pode extrair deste livreto é a necessidade de existir um mecanismo rígido de conferência dos dados de quem se filia ao Partido. Num país que se orgulha da confiabilidade de seu sistema eleitoral, sistema que tem na sua base um eficiente sistema de registro de eleitores, os métodos adotados pelo nosso Partido são anacrônicos e contribuem para parte dos conflitos que vivemos nas épocas de eleição das direções partidárias.

Além das três medidas citadas – a conferência dos dados de quem se filia, o aperfeiçoamento do cadastro e a realização de um Censo – há inúmeras outras que decorrem do estudo dos dados sistematizados neste livreto. Cabendo lembrar de algo óbvio: a organização tem que estar a serviço da política. Ou, como dizia o velho russo, organização é política concentrada. Portanto, o debate sobre organização e estatuto está vinculado ao debate sobre a estratégia e o programa do PT, assim como ao debate sobre a tática e o programa de governo.

Cabe ao 8º Congresso – convocado para o último final-de-semana de abril de 2026 – atualizar o programa do Partido e revisar nosso estatuto, assim como aprovar a tática eleitoral para 2026 e as diretrizes de programa de governo referentes ao mandato presidencial 2027-2030. O Diretório Nacional do PT, reunido no dia 6 de dezembro de 2025, nomeou o companheiro Jilmar Tatto para a coordenação do processo congressual. O Diretório também constituiu quatro subgrupos de trabalho, a cargo de Anne Moura (conjuntura e tática eleitoral), Cristiano Silveira (programa de governo), José Dirceu (programa partidário) e Valter Pomar (organização e estatuto).

Este livreto, como já foi dito, é um dos insumos para a discussão sobre organização e estatuto. Os outros insumos são: um compilado das resoluções partidárias; entrevistas com ex-presidentes, ex-presidenta e atual presidente do Partido; uma pesquisa; uma análise dos desafios e cenários; e um estudo sobre experiências internacionais.

Boa leitura!

São Paulo, 26 de janeiro de 2026

Valter Pomar, diretor de Cooperação Internacional da Fundação Perseu Abramo

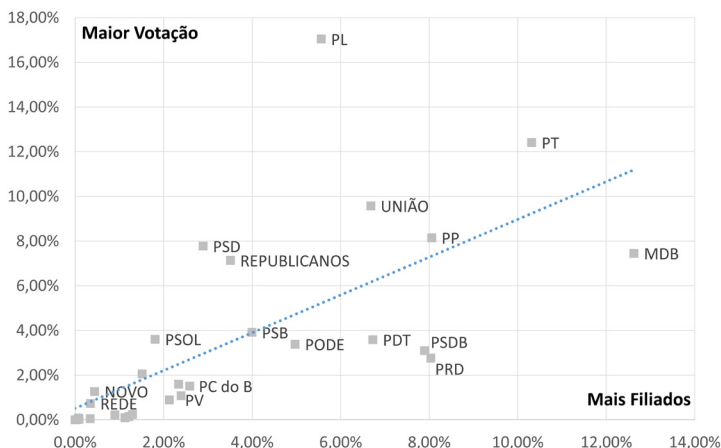
DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO ATUAL DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

Em dezembro de 2025, o cenário político brasileiro apresentava uma aparente contradição: uma sociedade altamente politizada, com baixo vínculo institucional. Segundo pesquisa do Instituto Datafolha, 92% dos brasileiros declaram possuir alguma posição política definida — com 46% a identificarem-se com o espectro da direita/centro-direita, 29% com a esquerda/centro-esquerda e 17% ao centro.

Em contrapartida, os dados oficiais sobre filiação partidária, revelam um distanciamento entre identidade ideológica e a adesão formal. Os 30 partidos registrados somavam, no mesmo período, 16 milhões de filiados, abrangendo apenas 10% do eleitorado nacional (de um total de 154 milhões).

SIGLA	REGISTRO	FILIADOS TSE	% FILIAÇÃO	VOT DEP FED 2022	% VOTAÇÃO
PL	19/12/2006	895.129	5,56%	18.175.921	17,04%
PT	11/02/1982	1.660.773	10,32%	13.236.698	12,41%
UNIÃO	08/02/2022	1.075.737	6,68%	10.215.433	9,58%
PP	16/11/1995	1.297.035	8,06%	8.692.918	8,15%
PSD	27/09/2011	465.275	2,89%	8.293.956	7,78%
MDB	30/06/1981	2.032.834	12,63%	7.950.895	7,46%
REPUBLICANOS	25/08/2005	565.716	3,51%	7.610.894	7,14%
PSB	01/07/1988	643.506	4,00%	4.174.899	3,91%
PSOL	15/09/2005	291.233	1,81%	3.852.246	3,61%
PDT	10/11/1981	1.083.102	6,73%	3.828.367	3,59%
PODE	02/10/1997	800.525	4,97%	3.612.066	3,39%
PSDB	24/08/1989	1.270.975	7,89%	3.309.061	3,10%
PRD	09/11/2023	1.294.077	8,04%	2.949.222	2,77%
AVANTE	11/10/1994	243.731	1,51%	2.192.518	2,06%
SOLIDARIEDADE	24/09/2013	376.510	2,34%	1.702.519	1,60%
CIDADANIA	19/03/1992	417.130	2,59%	1.614.106	1,51%
NOVO	15/09/2015	70.973	0,44%	1.354.754	1,27%
PC do B	23/06/1988	385.720	2,40%	1.154.712	1,08%
PV	30/09/1993	343.136	2,13%	954.578	0,90%
REDE	22/09/2015	55.836	0,35%	782.917	0,73%
MOBILIZA	25/10/1990	208.426	1,29%	256.578	0,24%
PRTB	18/02/1997	144.677	0,90%	238.847	0,22%
AGIR	22/02/1990	195.914	1,22%	158.868	0,15%
DC	05/08/1997	181.585	1,13%	97.741	0,09%
PCB	09/05/1996	11.795	0,07%	85.511	0,08%
PMB	29/09/2015	54.969	0,34%	64.357	0,06%
UP	10/12/2019	12.073	0,07%	54.586	0,05%
PSTU	19/12/1995	14.725	0,09%	27.995	0,03%
PCO	30/09/1997	7.058	0,04%	7.308	0,01%
MISSÃO	04/11/2025	126	0,00%	-	0,00%

Essa discrepância fica ainda mais clara, quando se compara a votação para a Câmara federal com o número de filiados de cada partido. Para se ter uma melhor ideia deste processo, o gráfico abaixo compara a relação entre número de filiados e a votação para a Câmara Federal de cada partido.



Entre os maiores partidos, o PT é o que parece melhor equilibrar volume de filiados com desempenho eleitoral.

O PL oferece uma estrutura partidária “pronta” para o campo bolsonarista, que não depende de uma base de filiados formalizada para gerar votos.

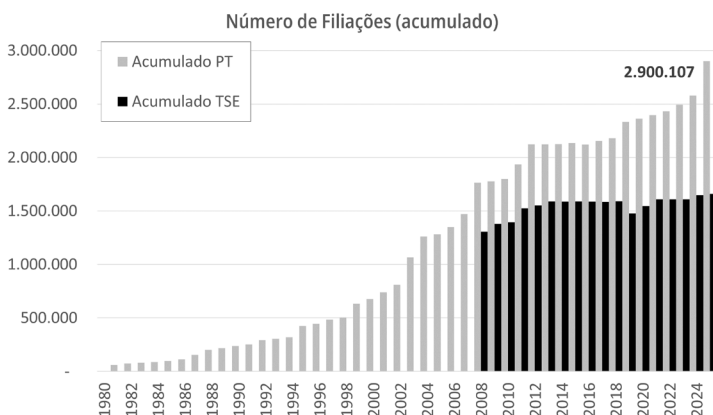
Partidos do chamado “Centrão” (PSD, REPUBLICANOS, UNIÃO), também flutuam em uma zona que mostra que conseguem mais votos do que o tamanho da filiação sugeriria.

O MDB surge no gráfico, afundado abaixo da linha de tendência, mantendo diretórios e filiados (herança do bipartidarismo), mas encontrando, atualmente, maior dificuldade para converter essa estrutura em votação para suas bancadas na câmara. Da mesma forma, partidos do campo popular, (PSB, PDT, PCdoB e PV)

aparecem em uma região do gráfico que denota certa dificuldade para converter estrutura partidária em votos.

Mas é necessária alguma cautela na comparação entre os partidos brasileiros a partir do número de filiados registrados na justiça eleitoral, primeiro, pelo caráter meramente formal da filiação partidária, na prática, muito mais uma exigência formal, para a disputa de cargos eletivos, que uma declaração de identidade política.

Depois, porque alguns partidos, a exemplo do próprio PT, mantêm seus próprios cadastros de filiados, para fins de organização interna.



Em dezembro de 2025, o Cadastro Nacional de Filiados (CNF) registrava um total de 2.900.107 filiados e filiadas. Para compreender os vícios e virtudes deste cadastro, é necessário analisar as mudanças na forma como o PT registrava e organizava as informações sobre os seus filiados durante este período.

O PERÍODO DE DESCENTRALIZAÇÃO (ATÉ 2001)

Até o ano de 2001, a gestão dos filiados era marcada pela fragmentação. As direções municipais detinham a posse e o controle

das listas de filiação, que eram, de acordo com a legislação vigente, submetidas semestralmente aos cartórios eleitorais locais. Não existia, portanto, um banco de dados unificado, com informações do conjunto total dos filiados e filiadas.

O RECADASTRAMENTO E A CENTRALIZAÇÃO (2001-2003)

A partir de uma decisão do XII Encontro Nacional, o partido organizou um processo de recadastramento realizado entre 13 de dezembro de 2001 e 15 de fevereiro de 2003, resultando em total de 308 mil filiados e filiadas recadastrados.

Este período marcou a transição para um sistema unificado, que formou a base inicial de um banco de dados estruturado, permitindo pela primeira vez a coleta sistemática das seguintes informações:

- Endereço residencial;
- Data de nascimento;
- Gênero;
- Opção setorial;
- Números de telefone;
- Título de eleitor e CPF.

Durante esse período, as direções municipais enviavam formulários de filiação e documentos através do correio para a Direção Nacional, que centralizava o registro de novas filiações, desfiliações e transferências.

A DESCENTRALIZAÇÃO (A PARTIR DE 2008)

A partir de 2008, a implementação do Sistema de Filiação On-Line (SISFIL) permitiu a descentralização da gestão do cadastro. Com essa ferramenta, as direções municipais puderam assumir o controle do processo sem a intermediação da Direção Nacional.

Simultaneamente, o partido ampliou a matriz de dados socio-demográficos, passando a coletar informações estatísticas sobre:

- Etnia/Cor;
- Orientação sexual;
- Religião;
- Profissão;
- Grau de instrução.

A COEXISTÊNCIA DE DOIS CADASTROS COM FUNÇÕES DISTINTAS

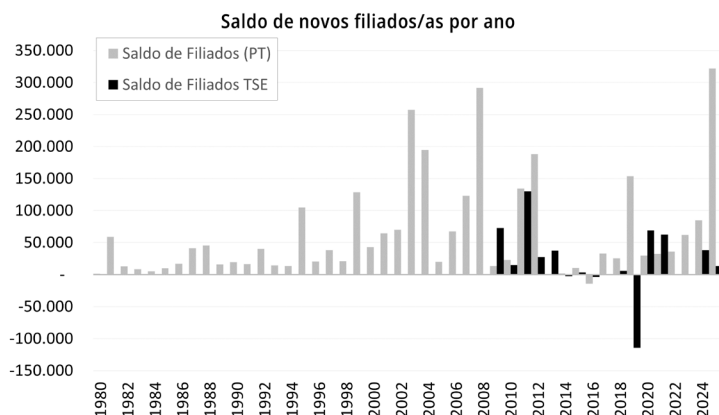
A consolidação de um cadastro interno permitiu avanços que viabilizaram a implementação do Sistema de Arrecadação de Contribuições Estatutárias (SACE) e a realização de processos de votação, como prévias, encontros setoriais e o Processo de Eleições Diretas (PED).

Contudo, a manutenção de duas bases de dados distintas faz com que persistam divergências entre o cadastro partidário e os registros da Justiça Eleitoral, sendo este último o critério legal para validar o tempo de filiação exigido nas candidaturas oficiais.

O recadastramento deliberado pelo XII Encontro Nacional não detinha competência legal para a exclusão unilateral dos filiados constantes no cadastro da Justiça Eleitoral que não revalidaram sua filiação. Essa limitação jurídica resultou na formação de um passivo cadastral: um contingente que, embora não fosse mais reconhecido como filiados ou filiadas pelas instâncias partidárias internas, preservavam o vínculo formal de filiação perante a Justiça Eleitoral.

Isto fez com que o Diretório Nacional, em 2017, decidisse reintegrar 470 mil filiados e filiadas que, apesar de não terem se recadastrado, ainda constavam nos registros da Justiça Eleitoral.

O gráfico a seguir, compara o saldo de novas filiações, ano a ano, nos cadastros da Justiça Eleitoral e do PT.



A análise comparada das séries históricas mostra que as dinâmicas de atualização de novos filiados e filiadas seguem calendários próprios, definidos pelas necessidades de cada cadastro:

Sisfil: As atualizações realizadas pelas instâncias partidárias no sistema do partido concentram-se, predominantemente, nos períodos que antecedem os prazos estatutários dos processos internos (como o PED), visando a regularização para o exercício do voto.

Justiça Eleitoral: Inversamente, a movimentação no cadastro oficial da Justiça Eleitoral tende a seguir o calendário eleitoral nacional, impulsionada pela necessidade de cumprir prazos legais para a habilitação de candidaturas.¹

Consequentemente, as direções municipais, muitas vezes limitadas pela escassez de recursos humanos e materiais, priorizam

1. A redução significativa nos dados da Justiça Eleitoral, verificada em 2019 está associada à realização de convênios com outras instituições e ao final do processo de recadastramento biométrico, que identificaram óbitos e divergências cadastrais no cadastro eleitoral brasileiro.

a atualização de cada cadastro conforme a urgência do momento — atendendo ora aos prazos legais, ora aos estatutários —, perpetuando divergências entre os cadastros internos e da Justiça Eleitoral.

Embora o PT tenha conseguido consolidar sua base de dados própria, garantindo autonomia em relação aos bancos de dados da justiça eleitoral, para a organização de seus processos internos, há ainda o desafio de superar o uso meramente burocrático destas informações. Embora medidas corretivas sejam realizadas periodicamente, procurando atualizar os dados dos filiados e para diminuir a divergência entre os dois cadastros, a solução estrutural para este problema depende da adoção de tecnologias de integração automática entre os cadastros dos partidos e da Justiça Eleitoral, que dependem de uma demanda conjunta dos partidos junto ao TSE.

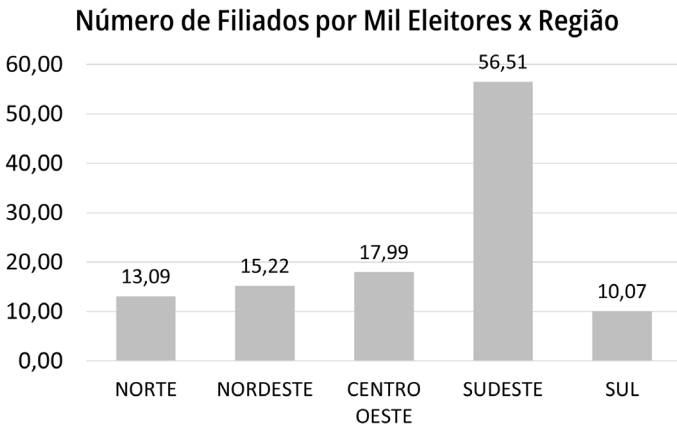
Desta forma, estabelecidas as condições em que o cadastro foi construído, é possível avançar para a análise do perfil dos filiados e filiadas do PT, considerando os avanços, limitações e fragilidades deste processo, que reflete não apenas a adesão voluntária da militância, mas também contradições e disputas internas, que moldaram o perfil do PT nas últimas duas décadas.

ASPECTOS REGIONAIS DA FILIAÇÃO PARTIDÁRIA

Os quase 3 milhões de inscritos no Cadastro Nacional equivalem a uma média de aproximadamente 19 filiados para cada mil eleitores. Contudo, essa distribuição não é uniforme pelo território, apresentando variações estruturais importantes entre as diferentes macrorregiões do país.

UF	ELEITOR	FILIADOS	FPME
AP	555.711	28.102	50,57
DF	2.175.254	67.304	30,94
MS	1.970.048	56.726	28,79
CE	6.854.818	184.695	26,94
PE	7.085.217	181.556	25,62
RJ	12.649.425	313.071	24,75
RS	8.402.547	202.840	24,14
PI	2.646.532	61.931	23,40
SE	1.701.970	38.373	22,55
AC	598.708	13.231	22,10
PA	6.123.067	127.897	20,89
AM	2.740.966	56.319	20,55
TO	1.153.280	21.625	18,75
BA	11.094.303	193.519	17,44
AL	2.378.898	40.041	16,83
MA	5.066.203	84.017	16,58
RO	1.239.114	20.073	16,20
PB	3.170.910	51.332	16,19
SP	33.503.295	537.010	16,03
MG	16.103.015	254.012	15,77
MT	2.553.640	37.447	14,66
GO	4.948.331	71.500	14,45
ES	2.930.109	39.930	13,63
SC	5.550.766	74.256	13,38
PR	8.416.249	112.114	13,32
RN	2.607.371	25.991	9,97
RR	385.527	2.483	6,44
EXT	-	2.712	
BRASIL	154.605.274	2.900.107	18,76

A comparação por regiões brasileiras, a partir do número de filiados por mil eleitores (FPME) permite comparar estados de portes distintos, relativizando o número absoluto de filiações em função do tamanho do eleitorado.



Sudeste

A região concentra o maior número absoluto de filiações, liderada por São Paulo (537.010) e Rio de Janeiro (313.071). No entanto, ao analisar a proporção em relação ao eleitorado, observa-se que São Paulo (16,03) e Minas Gerais (15,77) registram índices inferiores à média nacional de 18,76.

O Rio de Janeiro apresenta um comportamento distinto na região, com um FPME de 24,75.

Nordeste

Os estados do Nordeste apresentam disparidades internas nos índices de filiação. Enquanto o Ceará (26,94) e Piauí (23,40) mantêm densidades acima da média nacional, o Rio Grande do Norte registra o menor índice do país (9,97), seguido pela Bahia (17,44),

que também fica abaixo da média nacional apesar do alto desempenho eleitoral.

Sul

A região Sul demonstra comportamentos divergentes entre suas unidades. O Rio Grande do Sul apresenta um FPME de 24,14, situando-se acima da média nacional. Em contrapartida, Paraná (13,32) e Santa Catarina (13,38) registram índices inferiores, assemelhando-se à densidade observada em parte do Sudeste

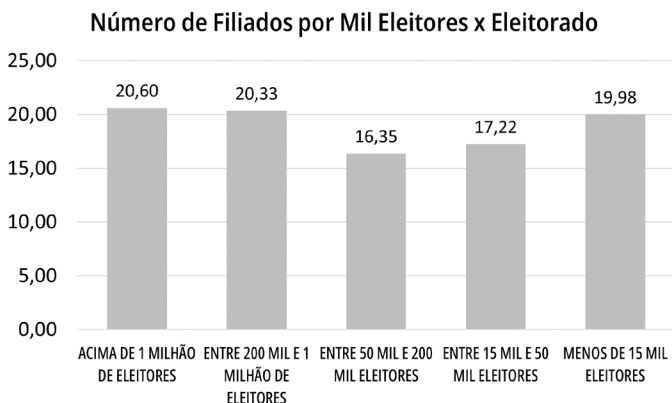
Norte e Centro-Oeste

Nestas regiões encontram-se as maiores proporções de filiados em relação ao eleitorado. O Amapá possui o maior FPME nacional (50,57); Distrito Federal (30,94); Mato Grosso do Sul (28,79), Acre (22,10); e Pará (20,89), todos acima da média nacional, com índices superiores aos grandes colégios eleitorais do Sudeste e Nordeste.

FILIAÇÃO EM RELAÇÃO AO PORTE DOS MUNICÍPIOS

A estratificação do número de filiados por porte do eleitorado, mostra um quadro mais homogêneo.

Os índices mais elevados de filiação por mil eleitores concentram-se nos extremos demográficos: municípios com mais de 200 mil eleitores e nos pequenos municípios com menos de 15 mil eleitores. Enquanto as faixas intermediárias, com eleitorado entre 15 mil e 200 mil, registram índices menores de filiação por mil eleitores.



AUSÊNCIA DE FILIAÇÃO

É importante olhar também para a ausência de filiação. Embora 3.968 municípios tenham registrado atividade recente (pelo menos uma nova filiação em 2025), há um vazio de novas filiações em 1.663 cidades.

Último ano: A maioria desses municípios inativos realizaram sua última filiação em 2024.

Curto Prazo: 322 municípios pararam de filiar entre 2022 e 2023.

Médio Prazo: 210 municípios tiveram sua última movimentação entre 2015 e 2021.

Mais de 10 anos: Existem 35 municípios que não registram novos filiados há mais de uma década (desde 1999 até 2014)

A situação do Rio Grande do Sul é importante em termos proporcionais. Dos seus 497 municípios, apenas 234 registraram ao menos uma filiação em 2025, o que significa que mais da metade de sua base territorial não fez nenhuma filiação recente.

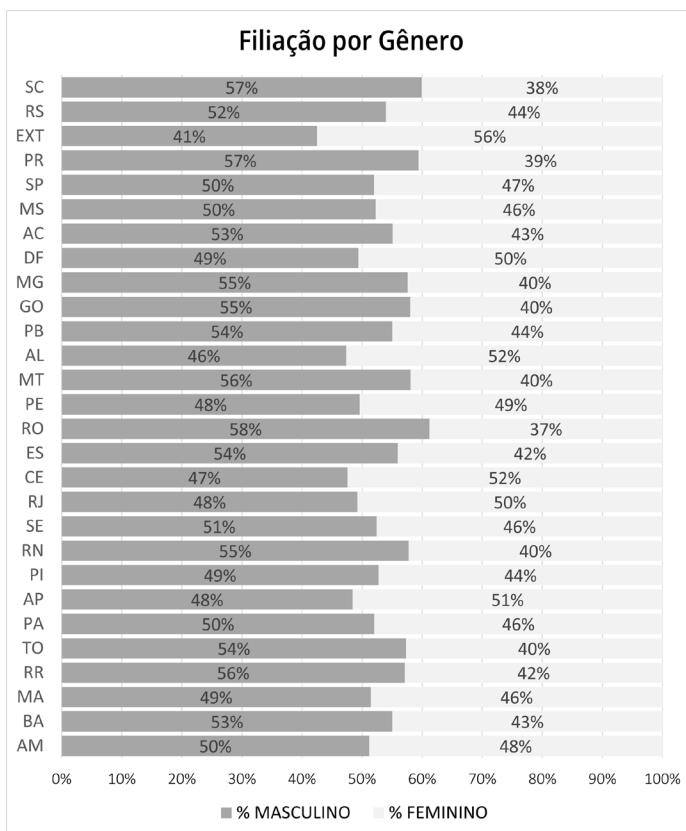
São Paulo e Minas Gerais apresentam um paradoxo, por terem muitos municípios, lideram o ranking de municípios ativos. No entanto, essa mesma dimensão gera um efeito colateral: em números absolutos, eles concentram o maior passivo de inatividade do país. Respectivamente, possuem 250 e 281 municípios que não registram novas filiações há mais de um ano.

UF	Mun.	2025	2024	2023	2022	2021	2020	2019	2018	2017	2016	2015	ANTES DE 2015
AC	22	18	3	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
AL	102	96	3	1	1	1	-	-	-	-	-	-	-
AM	62	59	2	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
AP	16	16	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
BA	417	375	38	1	2	-	-	-	-	-	-	-	1
CE	184	175	8	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DF	32	32	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ES	78	67	8	2	-	1	-	-	-	-	-	-	-
GO	246	155	50	26	2	3	1	4	1	-	1	1	1
MA	217	191	17	4	-	1	2	1	1	-	-	-	-
MG	853	570	187	44	13	6	8	4	8	1	4	3	3
MS	79	72	6	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
MT	142	99	24	13	2	1	1	-	-	-	-	-	2
PA	144	139	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PB	223	138	46	8	10	12	3	2	-	1	1	-	1
PE	184	153	22	9	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PI	224	145	72	4	2	-	-	1	-	-	-	-	-
PR	399	260	99	16	6	4	3	4	1	-	1	4	1
RJ	92	89	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RN	167	107	41	9	4	-	4	-	2	-	-	-	-
RO	52	38	10	1	-	-	1	1	-	1	-	-	-
RR	15	15	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RS	497	234	165	20	22	7	9	7	4	3	5	10	11
SC	295	188	69	10	8	5	1	2	4	-	-	4	4
SE	75	67	5	1	1	-	-	-	-	1	-	-	-
SP	645	394	144	42	18	12	6	2	8	1	1	5	11
TO	139	76	34	8	8	2	2	5	-	-	1	3	-
BRASIL	5.569	3.968	1.061	223	99	55	41	33	29	8	14	30	35

FILIAÇÃO POR GÊNERO

A base partidária é composta majoritariamente por identidades de gênero masculinas (51%) e femininas (46%), havendo ainda um contingente de 94 mil filiados sem gênero informado.

O quadro de diversidade inclui, entre as identidades femininas 1.068 mulheres trans e 527 travestis. Entre as identidades masculinas, há 1.362 homens trans. Além disso há 1.453 pessoas não binárias.

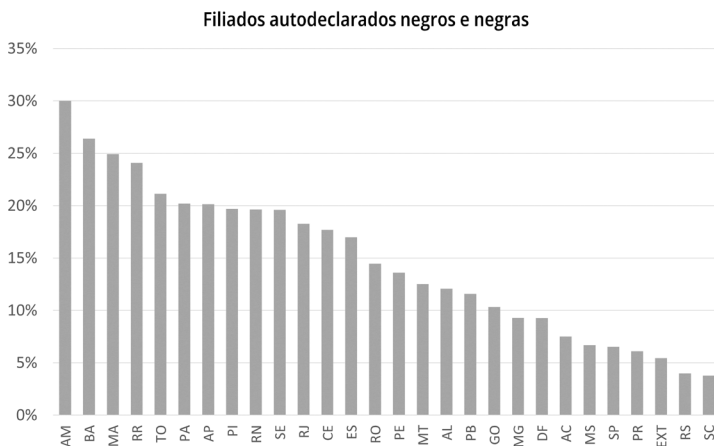


Ao analisar as variações regionais, os estados que mais se distanciam dessa média nacional são Rondônia e Santa Catarina, que registram a maior predominância masculina (chegando a 58%), e, no extremo oposto, Ceará e Alagoas, que rompem o padrão ao consolidarem diretórios onde as mulheres já são a maioria absoluta (52%).

FILIAÇÃO POR ETNIA

Em um cenário em construção pelo alto volume de dados ausentes: existem 799.674 filiados sem etnia declarada. A informação étnica foi incluída no cadastro apenas em 2008 e tornou-se obrigatória apenas em 2013.

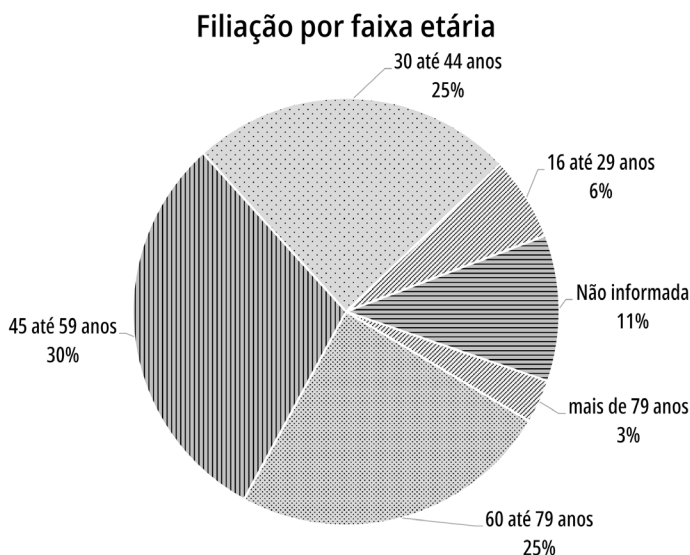
As informações do cadastro apontam 13% dos filiados se auto-declararam negros e negras, enquanto a população indígena soma 13 mil filiados.



Os estados das regiões Norte e Nordeste lideram em percentual de filiados autodeclarados negros e negras, com destaque para o Amazonas (o maior percentual, atingindo 30%), seguido pela Bahia (26%) e Maranhão (25%). Em contrapartida, os estados das

regiões Sul e Sudeste concentram os menores índices, com Santa Catarina e Rio Grande do Sul, ambos abaixo de 5%, e São Paulo também situado entre os menores percentuais, na faixa de 6%.

FILIAÇÃO POR FAIXA ETÁRIA



A análise da estrutura etária da base de filiados mostra um perfil demográfico envelhecido, com predominância das faixas etárias mais maduras. O contingente acima de 50 anos consolida-se como o núcleo majoritário, somando 47% do total de inscritos (agregando os 19% entre 50-59 anos, 17% entre 60-69 anos e 11% acima de 70 anos).

Os filiados com até 29 anos representam apenas 6% da base, sendo que a faixa de entrada (16 a 18 anos) é residual. O quadro completa-se com um estrato intermediário de 30 a 49 anos (35%) e um passivo de inconsistência cadastral, onde 11% dos registros não possuem data de nascimento informada.

UF	Faixa Etária						
	mais de 79 anos	Entre 70 e 79 anos	Entre 60 a 69 anos	Entre 50 e 69 anos	Entre 45 e 49 anos	Entre 35 e 44 anos	Entre 30 e 34 anos
AC	288	624	1.352	2.193	1.349	2.381	833
AL	536	1.629	4.569	7.146	4.360	7.894	3.234
AM	1.030	2.405	6.536	9.558	6.265	12.498	5.274
AP	396	1.001	2.393	4.631	3.145	6.928	2.385
BA	5.245	11.536	28.525	36.779	23.319	40.573	11.610
CE	5.599	10.775	24.705	33.959	20.433	43.128	13.890
DF	1.493	4.070	11.299	16.335	9.881	16.764	3.889
ES	1.242	3.133	7.577	7.865	4.227	7.100	1.908
GO	2.541	5.723	11.738	13.473	6.978	10.496	2.543
MA	1.844	3.836	8.653	13.183	8.627	18.242	6.185
MG	10.688	22.706	47.107	47.288	25.781	39.827	9.545
MS	2.525	4.880	10.290	12.279	6.712	9.460	1.733
MT	1.328	2.774	6.634	8.265	4.297	6.714	1.408
PA	3.466	6.697	14.806	22.867	14.178	26.752	8.073
PB	1.810	3.239	7.530	10.647	6.381	10.658	2.281
PE	5.002	10.403	24.814	34.932	21.050	41.398	10.071
PI	1.795	3.429	7.765	10.604	6.796	13.098	3.931
PR	4.159	9.578	21.071	24.015	11.552	17.750	4.287
RJ	9.750	23.594	49.354	55.066	33.920	61.810	20.733
RN	571	1.285	3.772	4.858	2.698	5.292	1.811
RO	541	1.245	3.037	3.546	1.720	2.832	778
RR	59	130	346	477	284	522	163
RS	7.039	17.927	41.442	40.788	20.189	35.132	8.925
SC	2.136	6.460	15.124	15.549	7.238	11.775	2.936
SE	517	1.709	4.472	6.944	4.347	8.261	2.484
SP	23.092	58.310	117.814	116.018	58.270	97.540	20.339
TO	766	1.537	2.974	3.972	2.288	4.194	1.314
EXT	17	95	338	533	418	777	164
BRASIL	95.475	220.730	486.037	563.770	316.703	559.796	152.727
	3%	8%	17%	19%	11%	19%	5%

Continua

FAIXA ETÁRIA	Faixa Etária						FILIAIDOS
	Entre 25 e 29 anos	Entre 21 e 24 anos	Entre 18 e 20 anos	17 anos	16 anos	sem data	
AC	434	172	59	23	10	3.513	13.231
AL	3.009	2.241	518	132	2	4.771	40.041
AM	3.582	2.311	501	103	5	6.251	56.319
AP	2.034	1.626	441	106	6	3.010	28.102
BA	9.083	5.221	1.365	354	50	19.859	193.519
CE	9.802	6.408	1.435	321	17	14.223	184.695
DF	1.653	895	172	31	9	813	67.304
ES	1.255	767	129	29	2	4.696	39.930
GO	1.668	907	130	23	5	15.275	71.500
MA	5.236	3.595	1.096	288	12	13.220	84.017
MG	5.415	2.481	391	93	15	42.675	254.012
MS	974	570	116	22	1	7.164	56.726
MT	918	541	106	28	5	4.429	37.447
PA	6.486	4.176	963	217	7	19.209	127.897
PB	1.442	855	180	36	4	6.269	51.332
PE	5.794	3.560	736	167	12	23.617	181.556
PI	3.115	1.746	461	95	19	9.077	61.931
PR	2.946	1.484	255	48	8	14.961	112.114
RJ	17.065	11.214	1.945	265	53	28.302	313.071
RN	1.615	786	129	23	3	3.148	25.991
RO	454	277	64	16	2	5.561	20.073
RR	150	73	16	1	1	261	2.483
RS	4.400	2.200	315	53	15	24.415	202.840
SC	1.661	859	165	30	8	10.315	74.256
SE	2.094	1.267	258	54	2	5.964	38.373
SP	11.545	6.073	992	178	61	26.778	537.010
TO	1.087	447	57	7	-	2.982	21.625
EXT	66	20	2	-	-	282	2.712
BRASIL	104.983	62.772	12.997	2.743	334	321.040	2.900.107
	4%	2%	0%	0%	0%	11%	100%

FILIAÇÃO E DADOS PARA CONTATO

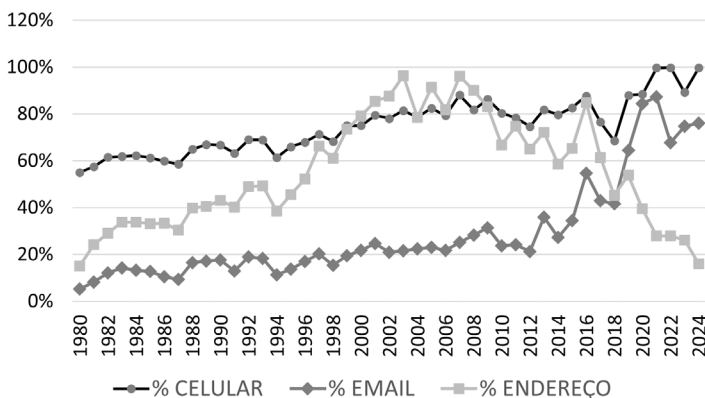
O cadastro de filiados é um reflexo da transformação digital que vivemos, enquanto sociedade. Assistimos à substituição dos

endereços físicos pelos canais digitais, num processo que ganhou velocidade na última década.

Hoje, o grande desafio é garantir que esses dados sirvam para uma comunicação efetiva. Temos o celular de 81% da base de filiados, mas o e-mail de apenas 36%. Temos os endereços de 59% dos filiados, mas apenas 16% dos que se filiaram em 2025.

Essa discrepância revela uma mudança geracional no cadastro: enquanto os novos filiados chegam digitalizados, contrastando com a escassez e desatualização dos dados nos registros mais antigos.

Filiação e dados para contato



Celulares: É o dado mais presente da base. Devido à obrigatoriedade no ato da filiação, a cobertura atingiu níveis de totalidade (próximo a 100%) nos anos de 2022, 2023 e 2025. Contudo, a obrigatoriedade gera um efeito colateral: a inserção de “dados fictícios” ou inexistentes apenas para completar o cadastro, exigindo validação posterior.

Endereços: O endereço físico foi o dado hegemônico entre 2004 e 2009, com preenchimento superior a

90%, impulsionado pela comunicação via correio ou a necessidade de localização física. A partir de 2015, verifica-se uma queda — chegando a menos de 30% em 2023/2024. Isso reflete tanto a simplificação dos formulários de filiação pela internet (focados em conversão rápida) e a crescente preocupação dos usuários com privacidade.

E-mail: Historicamente o dado menos disponível (abaixo de 30% por 35 anos), o e-mail teve uma virada entre 2018 e 2023, apesar estar caindo em desuso para conversas pessoais (substituído pelo WhatsApp), seu uso como chave de identificação (para recuperar senhas, logins, etc.) o tornou uma informação obrigatória, aumentando seu nível preenchimento para mais de 85% nas filiações recentes.

FILIAÇÃO E DESEMPENHO DAS CHAPAS PROPORCIONAIS PARA A CÂMARA FEDERAL

Quando comparamos os números de filiados com o desempenho eleitoral das chapas para a Câmara Federal, identificamos uma relação, quase sempre inversa, entre os maiores índices de filiação por mil eleitores e o desempenho eleitoral.

UF	FILIADOS	FPME	DEP FED	%	VOT/FILI
RN	25.991	9,96	293.953	2%	11,3098
PI	61.931	23,40	663.394	5%	10,7118
PR	112.114	13,32	862.421	7%	7,6924
BA	193.519	17,44	1.369.997	10%	7,0794
SC	74.256	13,37	480.911	4%	6,4764
MG	254.012	15,77	1.587.693	12%	6,2505
SP	537.010	16,02	2.941.086	22%	5,4768
ES	39.930	13,62	208.654	2%	5,2255
RS	202.840	24,14	1.040.725	8%	5,1308
GO	71.500	14,44	286.944	2%	4,0132
MT	37.447	14,66	148.701	1%	3,9710
SE	38.373	22,54	151.444	1%	3,9466
PB	51.332	16,18	188.850	1%	3,6790
MS	56.726	28,79	201.961	2%	3,5603
DF	67.304	30,94	227.891	2%	3,3860
TO	21.625	18,75	67.109	1%	3,1033
CE	184.695	26,94	562.457	4%	3,0453
PA	127.897	20,88	362.849	3%	2,8370
MA	84.017	16,58	224.298	2%	2,6697
RJ	313.071	24,74	734.512	6%	2,3462
RO	20.073	16,19	43.586	0%	2,1714
AM	56.319	20,54	114.667	1%	2,0360
AL	40.041	16,83	79.102	1%	1,9755
PE	181.556	25,62	355.602	3%	1,9586
AC	13.231	22,09	20.487	0%	1,5484
RR	2.483	6,44	2.513	0%	1,0121
AP	28.102	50,56	14.891	0%	0,5299
EXT	2.712		-	0%	
BRASIL	2.900.107	18,76	13.236.698	100%	4,564

Os seis estados com maior densidade de filiação — Amapá, Distrito Federal, Mato Grosso do Sul, Ceará, Pernambuco e Rio de Janeiro — apresentam uma baixa correlação entre número de filiados e votação.

O destaque é o Amapá, que registra 28.102 filiados contra uma votação de apenas 14.891, configurando-se como o único caso no

país em que o número de filiados é maior que o eleitorado efetivo da chapa federal.

PORTE DO MUNICÍPIO	VOTAÇÃO DEP. FED. 2022	FILIADOS	FPME	VOT/FIL
ACIMA DE 1 MILHÃO DE ELEITORES	2.613.454	639.209	20,60	4,089
ENTRE 200 MIL E 1 MILHÃO DE ELEITORES	2.986.833	662.658	20,33	4,507
ENTRE 50 MIL E 200 MIL ELEITORES	2.689.881	572.364	16,35	4,700
ENTRE 15 MIL E 50 MIL ELEITORES	2.614.494	515.335	17,22	5,073
MENOS DE 15 MIL ELEITORES	2.332.036	507.829	19,98	4,592
EXTERIOR	-	2.712		-
BRASIL	13.236.698	2.900.107	18,76	4,564

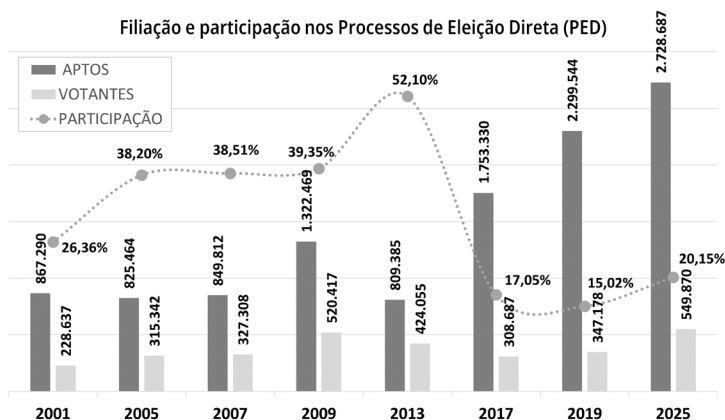
O mesmo perfil pode ser observado na análise entre desempenho eleitoral e filiação a partir do porte do município. Nos maiores centros, especialmente aqueles com mais de 200 mil eleitores — onde o partido possui média superior a 20 filiados por mil eleitores —, encontram-se as menores taxas de conversão. Esse índice chega a 4 votos para cada filiado nas cidades com mais de 1 milhão de eleitores, enquanto nos municípios médios (entre 15 mil e 50 mil eleitores), essa proporção sobe para 5 votos por filiado.

FILIAÇÃO E PARTICIPAÇÃO NOS PROCESSOS DE ELEIÇÃO DIRETA (PED)

O PED de 2025 representa a oitava experiência de eleição direta para as instâncias partidárias realizada pelo PT. A comparação entre essas eleições deve levar em conta as diferentes regras de participação de cada período, especialmente após a Reforma Estatutária de 2011.

A comparação entre os diferentes processos eleitorais não é linear, a conjuntura política mudou muito ao longo deste período e, além disso, as regras de participação sofreram alterações significativas a cada ciclo. O tempo de filiação exigido para votar variou entre 3 meses e 1 ano, assim como as diferentes exigências de pagamento de contribuições financeira e de participação em atividades partidárias.

Além disso, os critérios para que um município estivesse apto a realizar a eleição — como número mínimo de filiados ou a constituição de Comissão Provisória — mudaram bastante. Como nem mesmo a aplicação do voto direto foi constante em todos os níveis, a oscilação na participação não deve ser interpretada apenas em função do menor ou maior grau de mobilização, mas também como reflexo das diferentes regras aprovadas em cada regulamento.



O PED de 2013 teve o impacto de regras muito distantes dos demais processos. Sendo o primeiro realizado após a Reforma Estatutária, seu regulamento incorporou exigências como a obrigatoriedade de plenárias para aprovar novas filiações, a participação comprovada em atividades partidárias e a aplicação de paridade de gênero e cotas. No entanto, o fator determinante foi a exigência de quitação das contribuições financeiras, o que explica o número de filiados aptos, inferior ao registrado no PED de 2009.

O salto observado entre 2017 e 2019 no número de aptos é, majoritariamente, fruto da decisão de reincluir no Cadastro Nacional os filiados não recadastrados que ainda constavam na Justiça Eleitoral.

Feitas estas ressalvas, o que se observa, ao fim e ao cabo, é uma tendência de redução da participação, à medida em que cresceu o número de aptos a votar.

UF	FILIADOS	FPME	PED 2025	PARTICIPAÇÃO
AL	40.041	16,83	14.304	36%
PI	61.931	23,40	20.066	32%
CE	184.695	26,94	54.782	30%
MA	84.017	16,58	24.175	29%
AP	28.102	50,57	7.728	27%
RN	25.991	9,97	6.968	27%
PA	127.897	20,89	32.421	25%
SE	38.373	22,55	9.648	25%
BA	193.519	17,44	45.817	24%
AM	56.319	20,55	13.048	23%
RJ	313.071	24,75	68.513	22%
MG	254.012	15,77	51.487	20%
ES	39.930	13,63	7.454	19%
PE	181.556	25,62	33.109	18%
AC	13.231	22,10	2.279	17%
PR	112.114	13,32	18.394	16%
PB	51.332	16,19	8.163	16%
TO	21.625	18,75	3.386	16%
RO	20.073	16,20	3.118	16%
MS	56.726	28,79	8.127	14%
MT	37.447	14,66	5.410	14%
RR	2.483	6,44	353	14%
RS	202.840	24,14	27.044	13%
SC	74.256	13,38	9.260	12%
SP	537.010	16,03	60.746	11%
DF	67.304	30,94	7.382	11%
GO	71.500	14,45	6.542	9%
EXT	2.712		115	
URNA BSB			31	
BRASIL	2.900.107	19	549.870	20,15%

O Rio de Janeiro foi o estado com o maior número de votantes no PED de 2025, superando São Paulo (60.746), e seguido pelo Ceará (54.782), Minas Gerais (51.487) e Bahia (45.817).

Neste cenário, a região Nordeste tem sete estados (Alagoas, Piauí, Ceará, Maranhão, Rio Grande do Norte, Sergipe e Bahia) entre os dez estados com maiores índices de participação.

Entre os Estados com maior número de filiados por mil eleitores, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal tiveram participações muito abaixo da média nacional. Entretanto, o Amapá aparece com um elevado índice de participação (27%), que, como vimos, não se refletiu na votação da chapa proporcional.

ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL

O Brasil possui 5.570 municípios e, desde 2017 (início da série histórica consistente do TSE), o PT mantém sua presença institucional na grande maioria do território nacional. No PED 2025, o partido elegeu 4.393 diretórios municipais, resultado superior ao de 2019 (4.014 diretórios) e expressivamente maior que os 3.630 eleitos em 2017.

Contudo, o gráfico abaixo demonstra que a formalização dos diretórios oscila ao longo do tempo. Frequentemente, há um hiato entre a eleição do diretório e seu registro efetivo, devido a entraves burocráticos como regularização de CNPJ e prestação de contas. Para sanar essas pendências e converter comissões provisórias em diretórios definitivos, o partido recorre periodicamente aos Processos de Eleições Diretas Extraordinários (PEDEX).

Apenas na última gestão, os registros de 183 diretórios foram suspensos por falta de CNPJ e outros 166 registros foram suspensos por questões relacionadas à prestação de contas.

Entretanto, muitos diretórios, apesar de corretamente registrados, funcionam precariamente compostos, muitas vezes, porque as chapas inscritas não possuem componentes inscritos em número suficiente para preencher a totalidade das vagas nos diretórios eleitos.

ANO	DIRETÓRIOS ELEITOS	VAGAS	COMPONENTES CHAPAS	VAGAS NÃO PREENCHIDAS	DIRETÓRIO NÃO ELEITOS
2017	3.630	44.024	63.239	2.393	119
2019	4.014	52.056	76.432	2.374	68
2025	4.393	37.074	82.142	548	46

A análise da série histórica de 2017 e 2019 demonstra esse gargalo: mesmo com o aumento de diretórios eleitos, o volume de vagas ociosas permanecia alto (acima de 2.300), impedindo a formalização de dezenas de diretórios.

Para corrigir essa distorção, o Diretório Nacional aprovou, em 2023, uma racionalização da estrutura partidária, reduzindo significativamente o número de dirigentes exigidos para municípios de médio porte.

Eleitores	Quantidade de Vagas antes de 2025	Quantidade de Vagas a partir de 2025
Até 20 mil	6	6
Acima de 20 até 40 mil	10	6
Acima de 40 até 60 mil	16	8
Acima de 60 até 80 mil	16	10
Acima de 80 até 100 mil	16	12
Acima de 100 até 150 mil	22	14
Acima de 150 até 200 mil	22	16
Acima de 200 até 300 mil	36	18
Acima de 300 até 500 mil	36	22
Acima de 500 mil até 1 milhão	44	36
Acima de 1 milhão	44	50

Ao reduzir o universo total de dirigentes de 52 mil para cerca de 37 mil, obteve-se um maior número de diretórios eleitos, resultando em uma vacância de apenas 548 postos e na redução dos diretórios não eleitos para 46.

NUCLEAÇÃO E COMITÊS POPULARES DE LUTA

Embora a grande maioria dos Comitês Populares tenha sido impulsionada pela campanha de 2022, entretanto, mesmo sem o motor da campanha presidencial de 2022, a formação de núcleos não cessou: cerca de 29% dos registros ocorreram de forma inercial e espontânea entre 2023 e 2025.

O repique de crescimento observado em 2025, com 633 novos comitês, sinaliza que existe uma demanda, que a nova Secretaria Nacional de Nucleação, constituída no âmbito da Executiva Nacional, poderá organizar e dar diretriz política a um fenômeno que se provou sustentável para além do calendário eleitoral.

A distribuição territorial dos Comitês Populares é marcada por uma forte presença da região Sudeste. São Paulo lidera, concentrando 1.902 comitês (33,57% do total nacional). O ranking segue com Rio de Janeiro (7,85%) e Goiás (6,28%), que supera estados com bases maiores como Minas Gerais e Bahia.

UF	COMITÊS POPULARES	%	2022	2023	2024	2025
AC	21	0,37%	21			
AL	69	1,22%	63	3	2	1
AM	76	1,34%	66	8	2	
AP	10	0,18%	10			
BA	196	3,46%	146	21	20	9
CE	296	5,22%	270	8	9	9
DF	168	2,97%	155	10		3
ES	187	3,30%	161	10	3	13
GO	356	6,28%	346	6	3	1
MA	181	3,19%	161	10	8	2
MG	352	6,21%	318	14	13	7
MS	76	1,34%	71	3	2	
MT	67	1,18%	60	6	1	
PA	117	2,06%	102	12	1	2
PB	85	1,50%	66	2	2	15
PE	173	3,05%	156	4	6	7
PI	32	0,56%	23	4	3	2
PR	275	4,85%	247	17	7	4
RJ	445	7,85%	401	21	12	11
RN	53	0,94%	43	4	3	3
RO	18	0,32%	16	1		1
RR	8	0,14%	6	1		1
RS	280	4,94%	255	23	2	
SC	127	2,24%	116	10	1	
SE	29	0,51%	26	1	1	1
SP	1.902	33,57%	647	306	411	538
TO	18	0,32%	14	1		3
EXT	49	0,86%	44	4	1	
Total Geral	5.666	100%	4.013	510	513	633

FINANCIAMENTO PARTIDÁRIO

ANO	FUNDO PARTIDÁRIO	RECEITAS DE CAMPANHA	FUNDO ELEITORAL	RECURSOS PRÓPRIOS	RECEITAS TOTAIS
2025	R\$ 127 milhões			R\$ 25 milhões	R\$ 152 milhões
2024	R\$ 146 milhões		R\$ 620 milhões	R\$ 28 milhões	R\$ 794 milhões
2023	R\$ 138 milhões			R\$ 19 milhões	R\$ 157 milhões
2022	R\$ 109 milhões	R\$ 1,36 milhões	R\$ 515 milhões	R\$ 28 milhões	R\$ 654 milhões
2021	R\$ 104 milhões			R\$ 11 milhões	R\$ 115 milhões
2020	R\$ 102 milhões	R\$ 621 mil	R\$ 212 milhões	R\$ 14 milhões	R\$ 329 milhões
2019	R\$ 100 milhões	R\$ 96 mil		R\$ 17 milhões	R\$ 117 milhões
2018	R\$ 119 milhões	R\$ 334 mil	R\$ 212 milhões	R\$ 16 milhões	R\$ 348 milhões
2017	R\$ 105 milhões	R\$ 2 mil		R\$ 20 milhões	R\$ 125 milhões

Historicamente, o modelo de financiamento do Partido dos Trabalhadores (PT) baseia-se em um tripé: contribuições dos filiados, dotações de Fundos Públicos e doações previstas na legislação vigente.

O debate sobre a sustentabilidade financeira militante sempre permeou a organização partidária, notadamente através da “tese do cafezinho”, que considera que pequenas contribuições do conjunto de filiados e filiadas (o valor de um café), são suficientes para financiar e garantir a independência ao partido.

O PT atualmente prevê uma contribuição de R\$ 30,00 por ano de cada um dos seus 2.900.107 filiados e filiadas, o que em uma conta superficial, representaria um potencial de arrecadação anual de R\$ 87 milhões de reais.

Entretanto, os recursos próprios representem algo em torno de 15% da receita partidária, que em 2025 foi de R\$ 152 milhões. (ex-cetuando-se, para calcular este percentual, os recursos destinados ao financiamento eleitoral).

Grande parte dessa arrecadação própria não advém dos filiados e filiadas, mas das contribuições vinculadas ao exercício de cargos (eletivos, de confiança ou de direção), impulsionadas pela exigência de quitação financeira para a participação em processos internos (como o PED e Encontros Setoriais) ou para a disputa de eleições externas. Vale ressaltar que, desde o PED de 2013 — quando a quitação foi exigida para votar —, o partido tem flexibilizado essa regra, mantendo a obrigatoriedade da quitação principalmente como condição para ser votado.

Visando profissionalizar a gestão das contribuições financeiras, o 12º Encontro instituiu o Sistema de Arrecadação de Contribuições Estatutárias (SACE). Que gerencia os aportes de cargos eletivos e de confiança, realizando a distribuição automática dos recursos entre as instâncias. A lógica de partilha prioriza a esfera de atuação do contribuinte:

Esfera Municipal: Contribuições de filiados comuns, dirigentes e ocupantes de cargos municipais ficam majoritariamente no município (75% a 85%), com o restante dividido entre Estado e Nacional.

Esfera Estadual: Ocupantes de cargos estaduais destinam 90% aos Diretórios Estaduais e 10% ao Nacional.

Esfera Federal: Cargos do Legislativo Federal destinam 100% ao Diretório Nacional, sem repasse aos municípios. Já os cargos de confiança no Executivo Federal seguem regra mista: 75% para a direção nacional, 15% para estaduais e 10% para municipais.

Em abril de 2015, o Diretório Nacional do PT decidiu que as instâncias do Partido não receberiam mais doações de empresas privadas e, em setembro daquele ano, por decisão do Supremo Tribunal Federal, na análise da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4650, as doações de pessoas jurídicas para partidos políticos e campanhas eleitorais foram consideradas inconstitucionais. Dois

anos depois passou a existir o Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) foi estabelecido pela lei nº 13.487, de outubro de 2017.

